

# Austeridade que faz mal à saúde

PAULO BUSS

O mais importante periódico médico-científico mundial, o inglês “The Lancet”, publicou no início deste ano um contundente informe sobre as deletérias consequências de alguns componentes da governança global sobre a saúde humana. Preparado por especialistas de diversas partes do mundo e utilizando farta documentação, o informe denuncia as políticas de austeridade receitas após a crise econômica global; a ação de corporações transnacionais de medicamentos e alimentos; e as regras do comércio internacional e da propriedade intelectual, entre outros fatores, como os principais vilões globais da saúde da população de países em desenvolvimento.

As políticas de ajuste fiscal e austeridade desmontaram sistemas de proteção social e de saúde de mais que cinquentenários, o que provocou o aumento da mortalidade infantil e de diversas

doenças, além de prejudicar a equidade no acesso a serviços fundamentais para a saúde das populações. Desde o início dos anos 1980, instituições financeiras internacionais condicionam empréstimos a programas de ajuste estrutural que exigem cortes no orçamento social e de saúde, sem nenhuma comprovação de vantagens comparativas destas medidas na reativação da economia ou de seus efeitos sobre a saúde humana.

O regime de propriedade intelectual e industrial restringe o acesso de bilhões de pessoas a medicamentos essenciais para a restauração da saúde. Apesar de a comunidade global de cientistas e acadêmicos produzir um volume enorme de estudos e pesquisas sobre política, sistemas e práticas no campo da saúde, na prática, a utilização de seus benefícios acaba ficando restringida por segredo ou

por barreiras levantadas pelos direitos de propriedade intelectual.

Se há tamanha concordância quanto às causas das constatações aqui mencionadas, por que pouco se faz para mudá-las? A Comissão Lancet concluiu que isto se deve à inexistência de espaços onde a saúde das pessoas — o mais precioso bem que a vida pode proporcionar a qualquer ser humano — receba a adequada atenção. As principais causas são políticas e globais, e estão fora do âmbito exclusivo de ação de governos nacionais ou da Organização Mundial da Saúde.

De forma extremamente original, a comissão propõe duas medidas que podem encaminhar preciosas soluções: um Painel Científico sobre Inequidades em Saúde, composto por universidades e outros integrantes da mais al-

**Políticas de ajuste fiscal desmontaram sistemas de proteção social**

DEMÉTRIO MAGNOLI

## Quarenta garotos

‘N um país onde mais de 50 mil pessoas são mortas por ano, como é possível essa histeria com 40 garotos?’, indagou a socióloga Esther Solano, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), segundo reportagem de Lourival Sant’Anna publicada em “O Estado de S. Paulo” (1/6). A indagação refere-se aos black blocs e revela as evidentes dificuldades da professora com o raciocínio lógico, que são multiplicadas por uma dramática carência de referências históricas. Contudo, atrás dela, é possível identificar os contornos de um fenômeno relevante. Os “40 garotos” não estão sós: são uma superfície emersa, ainda que mascarada, da profunda crise na qual se debate a esquerda brasileira.

A violência que se espria, oriunda de bandidos ou policiais-bandidos, obviamente não pode servir como justificativa para a colonização de manifestações políticas por grupos dedicados à violência. No plano lógico, há mais: a violência dos “40 garotos” não é uma resposta à criminalidade, mas uma apropriação política dos métodos dos criminosos. A declaração de um dos líderes dos black blocs, reproduzida na reportagem, evidencia uma deriva perigosa, mas bastante previsível: “Não temos aliança nem somos contra o Primeiro Comando da Capital (PCC). Só que eles têm poder de fogo muito maior que o Movimento Passe Livre (MPL). Eles fazem por lucro e a gente, contra o sistema.” Solano não vê nisso nenhum problema — e o problema é justamente esse.

Os “40 garotos” não são um raio no céu claro — nem, muito menos, como sugeriram alguns intelectuais hipnotizados pela política da violência, um fruto natural da vida nas “periferias”. As táticas que utilizam, a estética que os define e as ideias que os mobilizam têm significados inteligíveis. Como tantos outros intelectuais-militantes, Solano provavelmente sabe decifrá-los, mas prefere ocultá-los.

A estética tem importância. Os “40 garotos” cobrem o rosto não apenas para praticar atos criminosos no anonimato, mas, essencialmente, com a finalidade de traçar uma fronteira entre eles mesmos e os demais manifestantes. Os black blocs enxergam a si próprios como uma vanguarda, um modelo e um exemplo. Eles sabem o que os outros (ainda) não sabem. “Estamos mostrando na rua a tática, e queremos que as pessoas se apropriem”, explicou uma black bloc, estudante de Ciências Sociais. Nesse sentido preciso (e só nesse!), os black blocs inscrevem-se na correnteza histórica dos grupos terroristas e das organizações de guerrilha urbana. As táticas têm importância. Os “40 garotos” ata-



cam policiais, depredam e vandalizam com a finalidade de provocar a reação repressiva mais violenta possível. No cenário ideal, policiais despreparados e assustados devem investir contra manifestantes pacíficos, ferindo-os ou (sonho dourado!) matando-os. Os black blocs são descendentes das organizações de “ação direta” que emergiram na Alemanha e na Itália entre as décadas de 1970 e 1980. “A manifestação não pode ser pacífica, sendo que é resposta à repressão estatal e capitalista”, teorizou um dos “40 garotos”. Os black blocs almejam promover o caos para comprovar a tese política que abraçaram.

As ideias têm importância. Os “40 garotos” inspiraram-se no filósofo Herbert Marcuse, que interpretava as democracias representativas como regimes autoritários disfarçados sob uma película irrelevante de falsas liberdades. A rejeição marcuseana às instituições da “falsa democracia” funcionou como mola das organizações de “ação direta” que emergiram no rescaldo do Maio de 1968 na Europa. Dos destroços da “ação direta”, surgiram grupos terroristas como o Baader-Meinhof e as Brigadas Vermelhas. Os ancestrais dos black blocs eram “garotos” alemães e italianos cujas vidas — e as de tantos outros da mesma geração não envolvidos em atos de terror — foram tragadas no caldo letal das ideias formuladas por intelectuais-militantes.

A professora da Unifesp só tem relevância como sintoma. Na hora da repressão, ela estará defendendo sua tese acadêmica ultraradical numa sala climatizada, entre pares ideológicos. Mas as bobagens rasas que diz e escreve descortinam um panorama trágico: uma parte da esquerda brasileira não aprendeu nada e ensaia reproduzir experiências catastróficas bem conhecidas.

tes. Objetivos diferentes. Visões distintas.

Com este modelo de governança a lentidão é um destino. Esta instituição é o Supremo.

O que um ministro do Supremo tem a ver com isto?

Nada. Aliás, tudo. Nem são administradores, e nem um ministro é responsável individualmente. Mas todos herdaram e praticam esta governança inadministrável, feita historicamente por camadas superpostas de ineficiências anônimas e caóticas. Aliás, é bom tomar cuidado. A história, como diz o Piketty, economista da moda, pode devorar o futuro.

Permitam um exemplo para ilustrar esta anti-governança. Em 2007 implantou-se o mecanismo da repercussão geral. Semelhante ao que bem funciona nos Estados Unidos. Ou seja, como existem muitos casos com teses iguais, julgam apenas uma, que terá repercussão geral sobre os milhares de outros casos iguais. Assim, julgando-se uma tese, decide-se milhares de processos. Óbvio.

Para tanto, o Supremo teria de fazer três procedimentos. Primeiro, listar, pinçar, escolher as teses a serem julgadas e merecedoras de repercussão geral. Escolhida a tese como, por exemplo, a obrigatoriedade, ou não, de o Estado fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo, o Supremo faria o segundo procedimento: decidiria se a tese é certa ou

Infelizmente, os “40 garotos” não estão sós. A conversão do PT em “partido da ordem” — e, em seguida, da “velha ordem” — abriu um vazio político que começa a ser preenchido pelo discurso e pela prática da “contraviolência”. O MPL jamais condenou as intervenções dos black blocs nas passeatas que convocaram. Setores do PSOL pisaram um olho para eles, como se viu tanto na greve dos professores municipais quanto na ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

“Um país que naturaliza tanto a sua violência não tolera ver a violência na Avenida Paulista”, disse Solano ao repórter. “É legítimo quebrar banco. Quantas pessoas um banco quebra por dia?”, explicou o líder black bloc, que também justificou a depredação de bens públicos: “O imposto já é roubado. Dizer que o dinheiro vai sair do nosso bolso é mentira, porque já saiu. Alguém tem saúde digna? Então não reclame de vandalismo.” Marcuse depositava suas esperanças revolucionárias no que os marxistas caracterizaram como “lumpen-proletariado”, isto é, a camada marginalizada de desempregados crônicos, jovens revoltados, pequenos criminosos, vigaristas e desordeiros dos centros urbanos. Seguindo a trilha do mestre, os intelectuais-black blocs enxergam nos “40 garotos” a centelha de uma grande fogueira purificadora.

De fato, os “40 garotos” expulsaram as pessoas comuns das ruas, transformando-as em cenários de pequenas guerras urbanas. O espectro da violência serve, hoje, como argumento para a militarização das cidades-sede da Copa. Solano já pode comemorar: os seus “garotos” estão “provando” a tese de que democracia é igual a ditadura. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo

não. Finalizava, mandando os tribunais aplicarem a sua decisão aos milhares de casos iguais, que instantaneamente desapareceriam.

Simplex, não? Não.

Em sete anos o Supremo escolheu 512 teses merecedoras de repercussão geral. Ou seja, uma média de 73 por ano. Mas julgou somente 174 das 512 escolhidas. Um déficit total de 338, ou 48 por ano.

O problema é que, enquanto não julga os restantes 338 escolhidos, os processos iguais estão suspensos. Param. Hoje, pelo site do Supremo, existem 685.034 processos parados. Provavelmente mais de um milhão de interessados estão com a vida em suspenso.

Os processos não seguem o lento rito normal, nem são beneficiados pela inovação anunciada e prometida. E não vinda. A fila cresce, mas não anda.

Ministros não precisam nem devem convergir nos votos. Mas precisam convergir em procedimentos que levem à eficiência institucional. Até o Supremo americano tem metas a cumprir. A cada ano eles se comprometem a julgar um determinado número de ações. E julgam.

Se o Supremo se comprometer com a repercussão geral, que a faça bem funcionar. A sociedade, o Executivo e o Congresso têm lhe dado tudo o que pede e necessita. ●

Joaquim Falcão é professor da FGV Direito Rio

ta reputação mundial, para medir e gerar mais e melhores evidências sobre a situação e suas causas; e uma Plataforma de Parceiros Múltiplos nas Nações Unidas, reunindo agências multilaterais, sociedade civil, ONGs e empresas privadas para propor ações positivas inter-setoriais, visando a mudar as diversas situações nocivas, além de propor sanções aos responsáveis, por exemplo, por meio de tribunais internacionais específicos.

A proposta está sendo amplamente difundida e, na medida em que se tornar realidade, poderá trazer esperanças para que estas imensas injustiças sejam sanadas e o mundo caminhe para uma situação de saúde global mais justa e equitativa. ●

Paulo Buss é diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz

N. da R.: Veríssimo escreve, temporariamente, no caderno Copa 2014

## Perto da Justiça

FLAVIO CROCCE CAETANO

Superar obstáculos levando à população serviços públicos de qualidade e através de estruturas de atendimento fortalecidas está entre os desafios colocados ao sistema de justiça brasileiro. Nos últimos anos, foram reformadas normas e instituições, visando a adequá-las à tutela de direitos e da Justiça. No que diz respeito aos serviços para promoção da cidadania, o desenvolvimento de políticas para o fortalecimento e a democratização do acesso ao Poder Judiciário figura como uma estratégia de intervenção na realidade e concretização dos direitos fundamentais.

Assim, a inauguração da Casa de Direitos, no bairro Jacintinho, em Maceió, na última sexta-feira, é exemplo de política pública de promoção do acesso ao Poder Judiciário. A unidade foi planejada para aproximar cidadãos do sistema de justiça e dos serviços prestados pelo Estado, ao tempo em que viabiliza o protagonismo e o empoderamento da comunidade.

A primeira Casa de Direitos foi inaugurada em 2013 na Cidade de Deus, no Rio, em momento em que a Secretaria de Reforma do Judiciário elaborou um modelo de política pública inovador — replicável em diferentes contextos e privilegiando o protagonismo de agentes comunitários. Hoje, ao expandir a política aos estados que integram o programa Brasil Mais Seguro, foram incluídos como objetivos da Casa de Direitos prevenir a violência e promover a justiça em localidades com altas taxas de homicídio e crimes violentos.

**Levar à população serviços públicos de qualidade é um desafio**

A escolha de Alagoas não é aleatória: trata-se do estado mais violento (segundo o Mapa da Violência, 2014) e com um dos piores índices de acesso ao Judiciário do país (de acordo com o Atlas de Acesso à Justiça, 2013). É nele também que foi implementado um projeto piloto de Câmara de Monitoramento Local, integrado pelos sistemas de segurança pública e de Justiça, que tem o objetivo de aprimorar o fluxo da Justiça criminal. Os resultados obtidos nos primeiros cem dias da iniciativa são significativos: diminuição da taxa de homicídios (de 70% para 35%) e aumento da taxa de elucidação de homicídios (de 8% a 70%) e no número de processos sentenciados entre 2011 e 2013 (54%).

Com a Casa de Direitos, Alagoas contará com equipamento público que disponibilizará aos cidadãos o acesso à Defensoria Pública, à Secretaria de Estado da Promoção da Paz, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, ao Procon e a outros serviços que serão disponibilizados de forma contínua. O objetivo é aproximar o Estado das comunidades em situação de vulnerabilidade, preenchendo o espaço antes ocupado pela violência com ações de fortalecimento da cidadania.

A nova unidade possui, ainda, um Núcleo de Justiça Comunitária, instância para mediação, articulação de redes sociais e educação para direitos. O projeto resgata, qualifica e amplia o acesso ao Judiciário, integrando os moradores no processo de resolução de conflitos e garantindo sua inclusão social.

A Casa de Direitos alagoana será um exemplo para todo o país. Exemplo de acesso, exemplo de justiça. ●

Flavio Croce Caetano é secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça